

CINEMA OUTRA COISA

Qualquer digno representante do *senso comum* (lugar que, recorde-se, o mais desprevenido dos cidadãos pode ocupar) reconhecerá sem esforço que os maiores problemas do cinema em Portugal dependem de uma contradição não resolvida, porventura irresolúvel: gente a mais, dinheiro a menos.

É esse o maior pecado do dito senso e, já agora, para não escapar às suas modas, do seu inseparável consenso: conseguir dizer tudo e, ao mesmo tempo, paralisar. Porque a questão (não resolvida) permanece: trata-se, afinal, de reduzir a quantidade de gente ou de aumentar os recursos em dinheiro? Só nos resta o homicídio (simbólico, entenda-se) da primeira hipótese ou o paraíso (utópico, ao que parece) da segunda?

Como sair do senso comum, em matéria de cinema português?

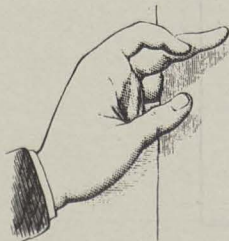
Há um senso, não comum, mas *privado*, cuja afirmação não é partilhável em termos de verdade (cada um tem a sua, mesmo quando a dilui na verdade dos outros), mas apenas segundo práticas de *cumplicidade*. Perdoem a moral, mas como não fazer moral a propósito de uma coisa — o cinema português — tão esgotada na cultura, na economia, na política, nas culturas, nas economias, nas políticas? Tão esgotada e tão frágil que chegamos a pensar (moralmente, claro) que a sua designação recobre um mal organizado território de acontecimentos cíclicos onde se miram o sublime e o ignóbil, o talento e a mediocridade.

Primeiro: continua a não haver condições minimamente organizadas para a produção regular de filmes portugueses. Cada filme, mais ou menos brilhante nas artes da sua fabricação, é uma aventura sempre começada do zero.

Segundo: continua a dominar o espírito tacanho de que uns filmes excluem outros, quer dizer, que a afirmação de um filme (junto do público, da crítica, ou de qualquer outro colectivo propriedade comum do senso do mesmo nome) serve ou pode servir para marginalizar outro.

Terceiro: continuam a rarear as propostas de reflexão (dos cineastas aos críticos) capazes de transformar o espaço habitual de problematização das questões económicas e culturais, comerciais e industriais levantadas pelos pontos anteriores.

Há, evidentemente, uma quarta questão, menos transparente mas tão decisiva como qualquer uma das outras a condicionar o próprio enunciado dessas outras: chamemo-lhe *uma questão de poder*. O poder, o Poder, os poderes





estão longe de ser alheios ao que no cinema acontece ou pode acontecer, tanto quanto ao que no cinema não chega a acontecer. Daí uma regra possível de leitura: duvidar sempre dos discursos (de filmes, cineastas, críticos, seja quem for) vocacionados para se confundirem com o(s) discurso(s) de um *qualquer* poder. Não para instalar uma suspeita persecutória nem para pôr em causa as legitimidades de opção que assistem a qualquer cidadão. Apenas porque uma crença (moral, uma vez mais) nos diz que o cinema — português ou não — é mais do que isso. Ou menos, se preferirem: apenas *outra coisa*.

“Trás-os-Montes”,
António Reis,
1976

Livraria Castil

edifício castil

rua castilho, 39